

Reformas na economia

O Governo Federal parece determinado a promover profundas reformas estruturais na economia e no Estado brasileiros. Para enfatizar esta disposição, o Presidente da República, em recente entrevista a um dos mais importantes jornais europeus, chegou a afirmar que o País está tomando "o último trem para a modernidade". A rigor, a intenção de realizar tais reformas não é nova, muitos de seus elementos foram esboçados ainda durante a campanha eleitoral de 89 e integraram o programa de governo desde a transmissão da faixa presidencial. A grande diferença, hoje, é que à vontade política soma-se o respaldo conferido por amplas áreas da sociedade e dos partidos com representação no Congresso, sem os quais os planos dificilmente se concretizariam.

As condições para a implementação das reformas tributária e fiscal, para a modernização do sistema portuário e de outras áreas infra-estruturais, para a adoção de uma legislação que favoreça a integração do País a uma economia cada vez mais integrada em termos mundiais são indiscutivelmente mais propícias que há dois anos. Este ambiente há de permitir que as reformas pretendidas, inclusive eventuais alterações no texto constitucional, avancem com mais celeridade. O consenso ou a formação de uma ampla maioria favorável a certas transformações não deve, entretanto, implicar superficialidade nos debates das questões em pauta.

É fácil constatar que algumas das propostas em tramitação no Congresso ou em discussão em outras esferas da sociedade são tratadas sem a necessária profundidade e o desejável conhecimento de causa por parte dos interlocutores. "O

consenso em torno da reforma tributária é tão grande que eu desconfio que lá dentro não deve haver nada", ironizou recentemente o ex-ministro da Fazenda e hoje deputado Delfim Netto. Ironias à parte, há que se reconhecer que a dúvida é pertinente. Quantos, entre empresários, parlamentares e técnicos do governo, sabem, com certo nível de detalhamento, o conteúdo da reforma tributária pretendida pela cúpula do Governo?

O consenso em torno da reforma tributária persistirá considerando-se a necessidade do Governo de elevar a arrecadação, o que implica elevar a carga tributária sobre algum ou sobre todos os segmentos da sociedade? E a resistência à reforma do sistema portuário não estará, em parte, ao menos, relacionada com a imagem que se formou em torno do projeto como sendo de "privatização dos portos", quando na verdade se trata de criar possibilidade de que o setor privado opere serviços portuários, o que é algo totalmente distinto? Situação semelhante ocorre com o projeto da Lei de Propriedade Industrial, encarada como uma questão de reconhecimento de patentes que interessaria especialmente à indústria farmacêutica, quando na verdade é assunto muito mais complexo, que envolve a biotecnologia e a engenharia genética.

Não se trata de exigir de parlamentares, profissionais de imprensa e demais formadores de opinião ou pessoas com algum poder decisório que tenham conhecimento aprofundado de assuntos tão diversos e complexos. O que se espera é que tratem de se informar e se façam assessorar o suficiente sobre as matérias em discussão para que do debate resulte o que democraticamente for considerado o melhor para o País.